

PACTO PELA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TERRITÓRIO SERTÃO DO FRANCISCO

Nós, delegados e delegadas dos dez municípios que compõem o Território de Identidade do Sertão do São Francisco, nos reunimos no auditório da UNEB, em Juazeiro, nos dias 06 e 07 de julho de 2011, com o objetivo de construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável no Território de Sertão do São Francisco do Estado da Bahia, em observância ao artigo 6 da Constituição Federal, e definir prioridades para o I Plano Estadual de SAN. Através deste documento, os participantes da Conferência Territorial estabeleceram um pacto pelo DHAA e efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no plano territorial, em consonância com o SISAN Estadual e Nacional.

A Conferência contou com a participação de 150 pessoas de diversos segmentos sociais: agricultores familiares, pescadores, indígenas, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, povos de terreiros, ribeirinhos, pessoas com deficiência, profissionais das áreas de saúde, assistência social, educação e agricultura, e representantes do poder público. Destes, 102 foram delegados/as eleitos/as nos encontros municipais, cuja finalidade foi apresentar os objetivos e eixos da IV Conferência Estadual e Nacional. Os encontros nos 10 municípios também serviram para promoção do debate em torno da SAN, identificando os avanços e ameaça em relação ao DHAA.

Durante a Conferência Territorial chegou-se ao diagnóstico da situação atual de insegurança alimentar e nutricional do Território de Identidade do Sertão do São Francisco, que se apresenta como entrave para a garantia do pleno exercício do Direito Humano à Alimentação e da Soberania Alimentar.

A região do São Francisco é fortemente impactada pelo modelo de desenvolvimento hegemônico que, por meio do agronegócio, de empresas de energia eólica, mineradoras, carvoarias e grandes obras, como a construção de barragens, transposição de águas e grandes perímetros irrigados, excluem as famílias de agricultores/as familiares e comunidades tradicionais, ampliam os processos de desertificação e contribuem para efeitos nefastos das mudanças climáticas que ameaçam intensamente a vida e as experiências de convivência com o Semiárido. O modelo concentra riquezas, concentra a água e a terra, degrada o ambiente, nega conhecimentos.

A Conferência identificou 05 grandes situações de insegurança alimentar: i) Produção insuficiente de alimentos; ii) Dificuldade de acesso à água de qualidade para consumo humano, produção de alimentos e dessedentação animal; iii) Contaminação dos alimentos; iv) Aumento de doenças ligadas à alimentação; v) Baixo poder de aquisição de alimentos pela população urbana.

A população vivencia o aumento do índice de doenças que estão relacionadas, principalmente, à alimentação inadequada, ausência e insuficiência de saneamento básico, e ao uso abusivo de agroquímicos (agrotóxicos e adubos químicos), que deixam a população vulnerável, seja pelo manuseio de veneno ou pelo consumo de alimentos e água contaminada. Esta é uma problemática que precisa de intervenção dos órgãos públicos com urgência.

A redução da área de produção de alimentos tem como causa a dificuldade de acesso e garantia da permanência na terra. As terras se mostram insuficientes e com pouca capacidade produtiva. Em contraponto, a política de ATER não foi implantada considerando seus princípios orientadores, além de não estar universalizada. O difícil acesso aos mercados locais e institucionais, a baixa capacidade de beneficiamento e a legislação sanitária não adequada à produção familiar também contribuem para a insuficiência de alimentos na região.

A dificuldade ao acesso à água de qualidade para consumo humano, produção de alimentos e dessedentação animal é provocada pela infraestrutura insuficiente e inadequada de captação, armazenamento e distribuição de água, atingindo a população rural e urbana.

O baixo poder de aquisição de alimentos da população urbana é decorrente da precarização do trabalho, do salário mínimo que não atende as necessidades básicas das famílias, da incipiência de programas estruturantes de inclusão social e ausência de programas de inclusão produtiva, agravados pela má distribuição de renda.

O Lago do Sobradinho tem um potencial extraordinário para a produção de alimentos saudáveis, mediante atividades pesqueiras e agricultura de vazante. Infelizmente, esse potencial está seriamente ameaçado. A pesca predatória, cada vez mais intensa e generalizada, que compromete a existência de espécies nativas, a exploração das áreas de vazante e seu entorno, com utilização de agroquímicos e desmatamentos, contaminam o solo, a água e também ameaçam a fauna e a flora local. Essa situação decorre, em muito, da ausência de ações dos órgãos públicos, das três esferas de governo, destináveis a garantir o manejo e o uso sustentável desses recursos naturais.

Mesmo diante desse contexto adverso para a promoção da SAN e efetivação do DHAA, vem sendo implementadas ações e programas governamentais, como PAA e o PNAE, e ações e programas da sociedade civil no desenvolvimento de experiências exitosas de convivência com o semiárido no plano local e territorial, como o P1MC, o P1+2 e o trabalho com produção agroecológica - quintais produtivos, criação de caprinos, ovinos, apicultura, beneficiamento de frutas, pescado e produtos derivados da mandioca. Essas iniciativas valorizam e articulam o saber acumulado das famílias e o conhecimento científico a partir do paradigma da agroecologia para a convivência com o Semiárido.

Delegados/as da Conferência de Segurança Alimentar do Território do Sertão do São Francisco/Bahia elencam 07 prioridades que devem ser defendidas por todos e todas no sentido de mudar o quadro de insegurança alimentar e nutricional e garantir a efetivação do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável, a Soberania Alimentar e o Desenvolvimento Territorial com sustentabilidade sociocultural, econômica e ecológica:

1. Reordenamento agrário (tamanho mínimo, regularização, distribuição), considerando também as propostas específicas dos povos e das comunidades tradicionais.
2. Políticas de apoio à Agricultura Familiar Agroecológica e às comunidades tradicionais adequadas a realidade do território e do bioma caatinga, observando

os entraves da legislação sanitária, falta de estrutura de beneficiamento e comercialização e ATER mais efetiva.

3. Políticas Públicas para criação de estruturas que melhorem a captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água.
4. Criação e implementação de alternativas de geração de renda, prioritariamente, para comunidades urbanas e de pescadores(as) artesanais.
5. Implementação de Programas de Educação Alimentar e Nutricional.
6. Ordenamento do Lago de Sobradinho, Açude de Cocorobó e Pinhões como áreas estratégicas de produção de alimentos pela pesca e agricultura de vazante.
7. Implementação e fiscalização da lei que obriga dar destino adequado aos efluentes e resíduos sólidos com intensa e contínua fiscalização das empresas que jogam resíduos contaminados nos rios e controle do uso dos agrotóxicos e insumos químicos.

Diante das prioridades apresentadas, o conjunto de participantes dessa Conferência assume um Pacto pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e pelo Direito Humano Alimentação Adequada e Saudável no Território Sertão do São Francisco.

Assinam todos os delegados da Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Convidados.

Juazeiro, 07 de Julho de 2011